



ANSELMO PESSOA NETO

Pró-reitor de extensão e cultura da ufg (2006-2013)

No ano em que encerra o seu segundo mandato como Pró-reitor de Extensão e Cultura da UFG, o Prof. Anselmo Pessoa Neto conversou com membros da sua equipe para fazer um balanço da sua gestão e expor como foram enfrentados os desafios no campo da extensão e no campo da cultura. Em uma tarde de sexta-feira do mês de maio, dialogou-se sobre a política cultural universitária, a autonomia da extensão, a consolidação dos espaços culturais nos câmpus, a equação entre objetivos e quadros de pessoal e a criação de imagens por parte da universidade. Levantaram questões ao respeito o Coordenador de Extensão da UFG, Prof. Igor Kopcak, a Coordenadora de Cultura da UFG, Profa. Flavia Maria Cruvinel, o Coordenador do Centro de Estudos Brasileiros Wolney Unes (EMAC), os professores Lisandro Nogueira (FACOMB) e Antón Corbacho Quintela (FL) e a jornalista Erika Lettry.

Lisandro Nogueira – Uma das coisas que mais me impressionaram, depois de mais de duas décadas de docência na Universidade Federal, foi que ela nunca conseguiu fazer projetos perenes na área de cultura. Estou falando da cultura porque da extensão eu não conheço muito os mecanismos. Falo em criar uma cultura com produção, prosseguimento, alcance para o público, uma cultura respeitada a tal ponto que uma Reitoria pode mudar, mas os projetos continuarão, a não ser que os novos dirigentes sejam muito fechados, ou tenham outros projetos bem melhores, o que eu duvido. O que mais me impressionou na gestão do Prof. Anselmo, com que eu colaborei para

o projeto “Cine UFG”, foi a capacidade de criar e manter, de atrair público em várias áreas, como a música e o cinema, dentro de um espaço difícil de gestão que é o serviço público. Então a minha pergunta é: como ele conseguiu, nestes anos, projetos de tão grande envergadura, com públicos estrondosos como o do “Música no Câmpus”, com 8.000 pessoas, até o “Cine UFG”, uma vez que nem o Cine da USP dá conta de ter uma programação perene? No “Cine UFG” há geralmente filmes excelentes. Então isso é a maior dificuldade: a perenidade. Eu pergunto como ele conseguiu implantar projetos que têm perenidade, público, respeito, retorno, dentro de uma estrutura que não é convidativa a projetos de médio e longo prazo.

Anselmo Pessoa – É difícil eu responder à primeira sem avançar um pouco nas minhas teorias sobre o todo. Um pouco do que vou falar é sobre minha visão de gestão mesmo. E aí já vai dar um pouco para ter uma noção geral do que eu penso enquanto gestor, enquanto professor e ativista das causas culturais. A principal coisa é foco. Ter foco, não dispersar forças. Na universidade devem ser feitas parcerias que tenham um pouco o perfil de pessoas que vão estar juntas e dar conta de fazer esse percurso todo. Então a chave está em ter foco no que fazer e escolher parcerias adequadas para cada um dos projetos respeitando os perfis. Eu trabalho com perfis de pessoas. E eu não posso pedir coisas para as quais o perfil não é afim, que vou estar agredindo este perfil, eu vou estar pedindo mais do que ele pode dar. Esta é uma forma de comportamento em termos de concepção de gestão. O outro ponto é analisar o ambiente onde estou. Eu estava na Faculdade de Letras enquanto gestor, fui diretor de lá, você, Lisandro, me acompanhou enquanto estava no projeto do cinema e foram 5 anos até ele ser inaugurado. Então tem o foco, porque são cinco anos levantando uma coisa que é relativamente pequena. Do ponto de vista cultural é grande, mas é uma sala de cinema apenas. A dificuldade é tão grande que foram cinco anos para inaugurá-la. Trata-se de definir dentro do que você tem, das forças que você tem, das parcerias que você pode realizar para “x” projetos, dentro do espaço e da sua realidade concreta, de recursos humanos, de recursos financeiros, e de possibilidades de parcerias mais estendidas. E aí, a partir do momento que você tem o foco, o projeto, e tem os parceiros, é preciso ser perseverante e tentar manter claro o conceito. Qual é o conceito? Nós discutimos muito isso. Nós

conversávamos, por exemplo, qual é o conceito do “Cine UFG”? Que tipo de sala nós queremos ter? Íamos esclarecendo isso o tempo todo; na construção, nós fomos discutindo para nós mesmos entendermos qual o conceito que nós queríamos e depois fomos testando vários modelos. Até que nós chegamos a um conceito e a uma forma operacional que possibilita que a coisa não morra.

Lisandro Nogueira – Como é que o senhor conseguiu renovar dentro da UFG o conceito de *extensão* na PROEC? Porque na verdade nós não tínhamos extensão. Vou ser claro; na minha opinião, nós tínhamos voluntarismo. Depois do Prof. Anselmo, nós temos um conceito, uma aplicação do que é a extensão. Aí é uma visão dele construída com a equipe dele.

Anselmo Pessoa – Do ponto de vista da extensão, é uma discussão muito complexa. A primeira coisa que eu fiz foi parar de discutir qual o conceito de extensão e realmente começar a fazer extensão. O trabalho, neste outro campo de atividade da Pró-reitoria, foi destravar isso. Fui tentar entender também, estudar, conversar bastante e nós fizemos uma resolução que minimizou o processo burocrático. Aí, isso mudou toda a forma de extensão dentro da UFG. A UFG tinha uma gestão de extensão muito parecida com a graduação e a pós-graduação. Ela continua tendo a sua Câmara de Extensão e Cultura, mas ela se reúne quando há pauta. A de Graduação se reúne quinzenalmente. A Câmara de Extensão e Cultura se reunia mensalmente quando nós assumimos. Nós mantivemos isso por um certo tempo. E com a nova resolução ela se reúne quando tem pauta. Nós criamos uma resolução que passa a responsabilidade pela discussão do conceito para as unidades e órgãos envolvidos com a extensão. Nós não ficamos discutindo aqui em cima o conceito e o jogamos lá embaixo. Cada unidade, com as suas características, por conta da sua área de conhecimento, tem uma visão da extensão. Porque esta, do ponto de vista da universidade brasileira, não só da UFG, é a área mais desregulamentada. Do tripé ensino-pesquisa-extensão, esse é o pé mais desregulamentado. E o que nós fizemos foi nos aproveitar dessa desregulamentação para deixar que a vazão do novo viesse pela extensão. O conceito é dinâmico e de acordo com a área de conhecimento. Antes tínhamos mais ou menos 350 projetos cadastrados em toda a UFG. Hoje temos mais de 1.600. Ao mesmo tempo em que criamos uma resolução que minimizou a

tramitação do cadastro do projeto da ação de extensão, criamos também uma ferramenta poderosa, um software poderoso que é o SIEC, que é o software mais evoluído da UFG. É o que mais funciona e ele nunca deixou de evoluir, está crescendo todo o tempo.

Antón Corbacho – A UFG tem um número considerável de ações de extensão e cultura. Quais são as que, na sua experiência, ao longo destes dois mandatos, têm tido mais efeito, qualitativa e quantitativamente, na comunidade externa a UFG? Além disso, que áreas são mais atendidas pela extensão universitária?

Anselmo Pessoa – Não tenho dúvida que o projeto que mais atinge a sociedade goiana, que inclusive extrapola a universidade, é o “Música no Câmpus”, coordenado pela Flávia, que criou o conceito. Quando tivemos a ideia, queríamos ocupar o Centro de Eventos, era um compromisso que eu tinha com o reitor. Quando ela chegou, falei que tínhamos essa missão, e fomos pensar como fazer isso. Fomos inventar e aí a competência da Flávia diz muito sobre o que é o projeto. Agora, respondendo ao outro lado da pergunta, não sei se a própria área de conhecimento tem consciência disso, acho que não, mas é a da saúde. Mas já era antes e vai ser sempre. Porque é intrínseco à área de saúde fazer extensão. Está no próprio fazer dessa área. Que é diferente, por exemplo, da minha área. Nós somos de Letras, eu e você, lá nós podemos ser professor a vida toda sem fazer um projeto de extensão. E trabalhar bem, cumprir o papel. Na área de saúde, sem a interseção da academia com a sociedade, ela não funciona. A própria formação dos estudantes da área de saúde passa pela extensão. Algumas outras áreas sempre atuaram muito. A FACOMB sempre atuou muito na extensão. Se você pensar na EMAC e na FAV, nelas é muito natural a extensão. Só que aí leva o nome de cultura, mas é uma forma de extensão quando você está levando atividades, eventos culturais ou mesmo propostas formativas de cultura para a comunidade externa. E aí o conceito começa a ficar complicado. Tem algumas áreas que naturalmente fazem extensão. Vou exemplificar novamente com a Escola de Música. Uma peça de teatro tem de ser apresentada. Quando você apresenta na cidade, a cidade está convidada. Um concerto musical, se é fora da universidade, se nós convidamos a sociedade, você está fazendo extensão. Igual ao projeto de saúde. Se você tem o Laboratório Rômulo, se você tem a Farmácia Popular,

se você mede a pressão da população, se você tem um Hospital das Clínicas que é todo ele na origem um projeto de extensão, porque está atendendo a comunidade, então as ações de extensão são naturais. Outras não, têm de ser incentivadas. Criamos um programa para distribuir uma bolsa PROBEC – hoje são 100 bolsas – em cada unidade. Exatamente para estimular aquelas unidades que não faziam ou que fazem pouca extensão, para se sentirem estimuladas a fazer, pelo menos, uma ação com um bolsista. E com essa uma tentar contagiar aquele ambiente, aquela área do conhecimento, aquela unidade acadêmica. Em geral, nós temos agora projetos cadastrados em todas as áreas. A extensão faz parte de cada área do conhecimento.

Wolney Unes – Até então, a extensão na UFG era muito voltada para o trabalho do professor, para o projeto desenvolvido em cada área. Quando eu olho para projetos como o “Cine UFG” ou “Música no Câmpus”, dentre outros, o papel da UFG aí não é apenas mostrar sua produção, mas é articular e organizar. No “Cine UFG” não passa filme feito pela UFG, mas ele tem o papel de articulador. O “Música no Câmpus” não é necessariamente para mostrar a produção da universidade, mas é um espaço de articulação e debate. Nisso eu concordo com Lisandro que é uma novidade. Foi fruto de um programa.

Anselmo Pessoa – Você fez a ligação com a pergunta do Lisandro, salientando que isso faz parte de um conceito. Um dos aspectos desse conceito é entender o papel da universidade. Para mim o papel da universidade é o de ser vanguarda. O que universidade faz, o que ela realiza, tem que procurar ser o melhor possível para que ela seja um espelho, um modelo, uma referência para os outros organizadores e para a comunidade em geral. Uma outra coisa que produzimos é a *Revista UFG*, que está dentro disso aí. Nós tínhamos uma *Revista UFG* já, que deixava mal a universidade, para usar uma palavra fraca. Então a primeira coisa que nós fizemos foram reuniões para criar um conceito de uma *Revista UFG* que pudesse apresentar bem a universidade. Isso é fundamental, porque se você continuasse fazendo uma revista com uma qualidade gráfica e editorial que não corresponde ao nível universitário que eu quero mostrar, você rebaixaria a respeitabilidade da universidade; portanto, você tem que investir no produto para ele ter uma qualidade. Então a *Revista UFG* tem todo esse trabalho de criação do conceito, de criar o mecanismo para que ela seja perene. O papel da universidade é ser referência. Para isso, precisa ter bons produtos, precisa se apresentar bem, ter uma preocupação enorme com a

parte estética desse produto, com o público que você quer atingir para cada uma das ações que você realiza, e saber como é que eu vou atingi-lo, e saber manter esse público. Uma coisa muito comum é o produto se desgastar. Vou lembrar coisas antigas. Grandes artistas brasileiros passaram pelo Teatro Rio Vermelho. Chegou um momento em que a coisa degingolou e as pessoas já não iam mais, apesar de ter artistas bons, porque o ambiente deixou de ser legal, convidativo. Porque os locais e os produtos se desgastam simbolicamente. A preocupação de manter uma certa qualidade para que esse público continue gostando eu não sei se essas pessoas têm a clareza disso. Mas essa é uma preocupação nossa. Em cada atividade há uma preocupação primordial com o público, e com como cativar, como fazer com que ele tenha confiança na nossa assinatura. Essa é uma conversa que temos o tempo todo. Nós queremos criar tal conceito e nós queremos que as pessoas acreditem que, quando nós fizermos uma proposta de “Música no Câmpus”, mesmo para um artista que não tem um grande nome do ponto de vista do apelo popular, a UFG está nos propondo um bom show. Então, as pessoas vão lá, mesmo sem conhecer esse artista, porque elas sabem que a UFG só nos oferece produtos de qualidade. Essa é uma preocupação. Por isso nós alternamos no “Música no Câmpus” grandes artistas de apelo maior e apelo menor, para criar essa confiança, para que a gente traga o grande público para aquele artista que não tem um grande público. E ele já vem por conta da nossa assinatura. E esse é também o trabalho dentro do “Cine UFG”, criar essa confiança com o público. Dizer: olha, eu não conheço determinado filme, não sei qual é, nunca ouvi falar, mas vou lá, porque sempre que eu vou é bom. Isso é importante. Tudo está envolvido, desde o filme que você passa, desde o artista que você chama, até o ambiente que tem ali dentro, isso é fundamental para as pessoas se encontrarem. Aí vou rasgar seda para o Lisandro, o grande mestre, o grande paradigma para mim. O Lisandro trabalha o cinema há muito tempo; acompanho ele desde o Cine Clube Antônio das Mortes, e essa capacidade de atrair o público e o público ir no lugar às vezes não só pelo que é oferecido, mas para se encontrar e esse encontro é extremamente rico em todos os sentidos, afetivo, intelectual, no sentido de realizar projetos. Por exemplo, um dos projetos que nós não concretizamos, mas faz parte desde o início do “Cine UFG”, é o “Café das Letras”, e não é um projeto nosso que vise só oferecer diversão. Ali também terá que ser um lugar de trabalho. Fica parecendo contraditório. Um

lugar que você vai beber café, vai beber um vinho. Mas é um lugar de trabalho. As pessoas vão se encontrar ali com pessoas de áreas distintas, que vão ter a oportunidade de conhecer outras pessoas, aproximar essas pessoas e, dessa conversa, sair uma parceria para um projeto conjunto. O Café também tem uma função do ponto de vista de estar trabalhando para as pessoas se encontrarem, se conhecerem e realizarem coisas juntos. Isso tudo de uma forma não explícita.

Lisandro Nogueira – O que se criou na PROEC é uma coisa delicada em qualquer lugar. É abrir lugares, espaços culturais, e adequar o produtor de fora, o artista que vem de fora, os eventos que vem de fora, propostas que vem de fora, com os produtores locais que querem aparecer via uma instituição que é respeitada pelo artista. Como você conseguiu equilibrar isso dando respeitabilidade? Não é um produtor que, porque é goiano, pode chegar aqui na UFG e dizer “quero atuar”. Como é que o senhor conseguiu equilibrar esse produtor local e esse caráter nacional, que é uma das coisas mais interessantes da PROEC?

Anselmo Pessoa – Não é uma questão que foi superada ou que vá ser superada. É uma questão que está na pauta o tempo todo, no cotidiano. Claro que, a partir de um certo momento, as pessoas vão entendendo quais caminhos você quer e as pressões vão diminuindo. Mas vira e mexe, elas reaparecem de uma forma ou de outra. Acho que, desde o início, o nosso comportamento não foi do político, usado no mau sentido. O político que enxerga no outro o eleitor. Não enxergamos eleitores. E não queremos ser enxergados como candidatos também. Isso é fundamental. Hoje isso está impregnado na vida pública brasileira. É esse tratamento do ponto de vista do eleitor que quer e cobra enquanto eleitor, numa ameaça constante; ele está ameaçando alguém que ele imagina que é candidato, e os políticos que têm cargos são candidatos; isso é natural, faz parte da atividade. E o eleitor age com ameaça constante, dizendo “olha, eu sou um eleitor”. O eleitor querendo ser tratado como eleitor e cobrando isso do político que está no cargo de gestão. Então é uma relação de político para eleitor. Nós tentamos fazer entender, e essa é a mensagem também subliminar que nós passamos, que você não é um eleitor, nós não queremos seu voto, não te trato como eleitor, não me trate como político me ameaçando com seu voto. Porque eu não quero

seu voto, eu não estou pedindo seu voto. Eu quero respeito, quero apresentar um trabalho que atenda a comunidade. Portanto, a chantagem eleitoral não vai funcionar conosco. O político cai nesse jogo. E o eleitor usa o lugar-comum de falar mal de político. Como se o eleitor fosse um anjinho, como se ele não fosse um político também. É criada uma distância artificial para separar as duas categorias e aí é sempre o político que é o bandido, a política foi criminalizada no Brasil e o eleitor é sempre o que tem razão. Eu não parto desse princípio. Eu parto do princípio de que nós queremos fazer um trabalho sério e o que eu tenho, do ponto de vista das relações sociais, são cidadãos e não eleitores. Este é um princípio que a sociedade precisava olhar mais. E o eleitor tinha que parar de se comportar como chantagista. Mas se comportar como cidadão e exigir uma respeitabilidade de cidadania, não uma respeitabilidade do eleitor com a chantagem do voto. É impossível qualquer gestor agradar o cidadão, se ele for considerado eleitor, o tempo todo, porque ele tem sempre uma demanda. No último momento, você vai perder esse voto. Porque no último momento você não consegue dar o segundo par de botinas. E aí o eleitor vai dar o voto para quem deu o último par de botinas. Então é uma relação desvirtuada na sociedade brasileira, que está estabelecida. Essa é uma das coisas que nós fazemos diferente.

Erika Lettry – Neste sentido, qual é a política de ocupação dos espaços? Como você decide como vai ser uma exposição no Centro Cultural e como você faz a escolha dos artistas que vão participar?

Anselmo Pessoa – Volta o que eu falei das parcerias. Então se eu trabalho com cinema, com o professor Lisandro Nogueira, eu trabalho com a melhor cabeça de cinema que nós temos em Goiás e na UFG. Por acaso ele é de Goiás, mas não por acaso ele é da UFG, e eu trabalho com ele. Quero trabalhar com ele, que é o cara que entende. No Centro Cultural nós temos lá dois ambientes, que é o teatro e duas galerias, temos um grande artista goiano que também não por acaso é professor da UFG, que eu convidei para entrar na equipe, o Prof. Carlos Sena. Então, do ponto de vista das artes plásticas, nós temos um grande pesquisador. É uma pessoa que comunga desse discurso e que, quando eu o convidei, lhe falei “olha o discurso é esse, nós vamos discutir isso, e eu sei que você tem condições de levar avante esse discurso”. Quando convidamos a Flávia foi a mesma coisa. O que conversamos nessa mesa é o mesmo que conversamos quase

diariamente, da gente ir moldando isso. O Centro Cultural está sendo moldado agora. Desde a construção até o começo das atividades nós estamos discutindo isso, o que queremos. Vamos testando. Como não estamos sob a chantagem dos eleitores nós temos condições de mudar a PROEC. E nisso nós contrariamos algumas pessoas. Mas que depois, pelo menos, as pessoas boas vão reconhecer. Mas claro, e aí não tenho nenhuma ilusão, existem pessoas descontentes. E eu trabalho com isso. Eu acho legal que existam os descontentes. Isso é fundamental. É fundamental que as pessoas estejam descontentes com a nossa gestão. Até para ter um diálogo, para nos alertar para certas coisas, para reafirmar algumas posições. Porque dependendo da crítica isso só reafirma o que nós queríamos. Ou o contrário. Com o Igor é algo parecido. Ele é professor novo na UFG, eu o conheci dentro da Câmara de Extensão e Cultura. E ele inclusive tinha uma posição combativa dentro da Câmara. Ele querendo fazer as coisas, que fossem bem feitas. E quando tivemos a oportunidade, tínhamos alguns nomes em mente, conversamos um pouco e nisso entra o reitor. Mas aí foi uma decisão minha que levei para o reitor. Eu falei que tinha um rapaz novo que parecia que tinha gás. “Vamos convidá-lo?”, eu perguntei para o reitor. Aí ele disse que já tinha visto o rapaz, que podia convidá-lo. Na equipe ele é o quem tem menos tempo, mas nós fazemos também uma discussão o tempo todo. Um pouco eu tentando contaminá-lo com minhas ideias, mas também claro ouvindo muito.

Antón Corbacho – Vale a pena manter o atual investimento nas bolsas de extensão e cultura? Quais os principais produtos desse investimento em bolsas? Como são organizados por parte da PROEC o acompanhamento e a avaliação dessa parte de extensão e cultura? O projeto “Música no Câmpus” funciona sem PROBEC. Com estagiários, mas sem PROBEC. O “Cine UFG” funciona sem PROBEC. Esses bolsitas contribuem na geração de produtos que compensem esse investimento em verba?

Igor Kopcak – Eu acho interessante a preocupação do Antón e um dos grandes méritos da gestão, que é o que está sendo falado até agora, é essa questão de resgatar, exigir excelência. Na perna da extensão mais cultural isso está claro. Foi falado o tempo inteiro aqui. Quer dizer, diferentemente da pesquisa, que isso é senso comum, quer dizer, ninguém questiona o fato de que a universidade é a

vanguarda da pesquisa. Ninguém consegue conceber o fato de você dar bolsa, dar recursos para alguém que não seja vanguarda dentro da universidade. Claro, evidentemente continua tendo gente reclamando. Mas as pessoas já nem dão ouvidos para isso. Na extensão eu acho que ainda tem muito essa questão do voluntariado, do coitadinho, do vamos atender. Eu acho que o grande mérito da gestão do Anselmo é justamente esse, de não ser assistencialista. Nós somos universidade, a gente quer é excelência. E a excelência está no menor detalhe. Está no material gráfico. Os folders do “Música no Câmpus” são uma obra de arte. O *mapa* é uma obra de arte. Cada detalhezinho a gente quer ter excelência. Infelizmente na extensão isso ainda não está tão bem estabelecido. A gente precisa buscar mais. Acho que talvez seja um lado não tão forte da gestão. Mas eu acredito também que não conseguiria atender de imediato isso, porque é uma cultura que precisa ser mudada. Mas acho que ela está sendo puxada por conta desse bom exemplo da cultura. O impacto da bolsa PROBEC é mais no sentido de motivar as unidades, criar a cultura de pensar a extensão, nem que seja para brigar por uma bolsa para um aluno, de ter um aluno para trabalhar com o professor. Infelizmente às vezes fica muito nesse sentido. É um passo que a gente precisa dar. É preciso avaliar, qualificar a extensão, como têm sido qualificados os trabalhos mais voltados para a área de cultura.

Wolney Unes – A extensão evoluiu para fora. Goiás, por exemplo, é um Estado periférico, mas que vem crescendo tanto que a economia está entre as 10 maiores do País. Nós sofremos com a realidade esdrúxula que é termos apenas uma universidade federal, enquanto o vizinho Mato Grosso do Sul já tem duas e nós seguimos com uma única. Como é que você vê o papel da UFG dentro do Estado de Goiás?

Anselmo Pessoa – Você me deu oportunidade de falar de outra coisa, que é importante também e interessante por estar dentro desse arcabouço de ideias, destas concepções que estamos falando. Que é a marca da UFG. E eu estou falando do ponto de vista da marca simbólica, que é a sua pergunta, da inserção da UFG enquanto instituição, e vou aproveitar para falar da marca em si. Nós guiamos a pedido do professor Edward o processo de *redesign* da marca da UFG. E isso foi de uma forma muito criteriosa e sabendo da importância dessa marca também. A gente tinha plena consciência de com que nós estávamos mexendo.

Já era uma marca forte do ponto de vista da instituição – a UFG já era forte, a única universidade federal. E a marca mesmo, também chamada de logomarca (mesmo com as controvérsias), já não conseguia mais representar a universidade. Por várias questões. Inclusive pelo avanço tecnológico. Ela não conseguia mais estar nos suportes que não existiam quando ela foi concebida. Ela não foi concebida num momento em que tinha computador. Não ficava bem no computador. No tipo de impressão que nós fazemos hoje ela também não ficava bem. Não tinha como porque ela foi feita à mão. Todo o trabalho do concurso do *redesign* e a escolha da marca, essa que nós estamos usando, tinha também a noção da importância disso e de como não podíamos errar. Poucas pessoas sabem, mas quando terminamos o concurso fiquei uma semana doente. Pelo peso que eu sabia onde estávamos mexendo. Tanto que uma professora escreveu no jornal denunciando o *redesign* da marca. Mas nós sabíamos disso. Mas como tudo que você faz, tem pessoas contentes e uma ala muito descontente. E nós fomos muito criticados, muito bombardeados de forma muito forte naquele momento. A sorte é que a marca era boa. Porque eu me reuni com pessoas para fazer a comissão, eu presidi a comissão. Eu estava numa comissão de pessoas da área de design. E aí na discussão com esses profissionais eu aprendi um termo que era o da *pregnância*. Uma marca precisa ter *pregnância*. Então essa marca é muito simples. Ela tem *pregnância*. É a capacidade de ficar gravada na percepção, na memória, na visão das pessoas. Ela é facilmente identificada e facilmente gravada. E aí aconteceu um fenômeno que reforça o papel da instituição. Isso é fundamental do ponto de vista da instituição e do lugar que ela está. A marca passou a ser reproduzida pelos estudantes, pelos professores e pelos técnicos de uma forma totalmente espontânea. A partir de um certo momento. Claro que num primeiro momento nós estimulamos, nós criamos os produtos com a marca. Criamos a caneca, criamos a camiseta, a caneta, uma série de produtos. E depois a coisa passou a ir. Você vê órgãos ou categorias uniformizadas com a marca UFG que foi totalmente assimilada e incorporada pela comunidade. As pessoas passaram a fazer aquele adesivo “meu filho estuda na UFG”, aquilo não existia. Foi a nova marca da UFG que deu toda essa penetração, esse esparramento da própria instituição. Eu estou falando da marca para depois responder sua pergunta. Nós todos temos consciência disso, do papel da universidade. Nós que estamos aqui no dia a dia, que um pouco da nossa formação passa por aqui, que acompanhamos a história, sabemos o que uma universidade representa para o País. Então a UFG, parte da sua comunidade, e não vou ser otimista barato e dizer que toda a comunidade tem clareza disso, mas parte da comunidade entende o

papel que é da instituição de propor coisas novas, de estar na ponta do conhecimento, que é estar abrindo portas e ao mesmo tempo revelando ou pesquisando para chegar a novas possibilidades de desenvolvimento, de sociabilidade, de vida com mais qualidade. Então esse papel é da universidade. De novo nós estamos num momento histórico e esse papel, apesar de ser um papel inerente à instituição universitária historicamente, estamos discutindo ele nesse momento. Esse alargamento da universidade, abertura para as cotas, para todos esses programas sociais, estamos discutindo justamente esses conceitos nesse momento. Que é uma discussão que tem que ser feita. Que está caminhando para uma coisa que pode ser perigosa para o País. Que é a universidade passar a ser um braço daquilo que é extensão misturada com assistência. Se a universidade estiver no seu lugar que é de ser promotora dos avanços – do saber, filosofia, tecnológico – passar a ser um braço da assistência social. Querer resolver os problemas sociais – e uso aí de novo uma história para ilustrar. O papel da universidade não é matar o mosquito da dengue. Esse é o papel do serviço de saúde, da prefeitura, do estado, dos órgãos de saúde, do Ministério da Saúde. O papel da universidade é inventar a vacina para a dengue. E essa discussão está colocada nesse momento. A universidade está querendo um pouco matar o mosquito, mas se a universidade for matar o mosquito qual a outra instituição pode inventar a vacina? Essa discussão está na ordem do dia e ela não está sendo feita no nível que a universidade deveria estar fazendo. E aí entra muito de questões ideológicas, do momento político que estamos vivendo. E aí entram questões complexas que não sei se queremos discutir aqui. Eu topo.

Antón Corbacho – Qual o motivo pelo qual a música, através do “Música no Câmpus”, e o cinema, pelo “Cine UFG”, têm maior ênfase? Não seria o teatro um pouco esquecido no desenvolvimento das ações de cultura da UFG nos últimos anos? Por que são marcos na UFG as atividades relativas à música e ao cinema, e isso não foi possível com o teatro?

Flávia Cruvinel – Na verdade o teatro, o Centro Cultural na parte de teatro, tem acontecido muito bem. No ano passado abrimos a temporada em maio e fechamos em dezembro. No ano passado foram 145 atividades do Centro Cultural UFG. Temos dificuldade de publicitar todas as atividades que acontecem a partir da abertura da temporada. Nós vamos abrir agora terça-feira (mês de maio) com a Tulipa Ruiz, depois vamos abrir a galeria. E a partir daí haverá uma sequência de espetáculos. Mas também passa muito pela finalização. Eu me recordo que, quando fui convidada pelo Prof. Anselmo

em 2009, o “Música no Câmpus” foi gestado em 9 meses. Ele começou a ser pensado em janeiro de 2009 e o projeto foi iniciado em setembro. Porque era o único espaço que nós tínhamos para ocupar. E estávamos esperando o Centro Cultural UFG e outros espaços serem finalizados. Abrimos o Centro Cultural em 2010 sem estar finalizado porque a gente já estava exasperada porque íamos terminar a gestão sem o Centro Cultural estar aberto, estar totalmente em condições 100% ideais, então seria pelo menos um pouco para ter uma apresentação e abrigar espetáculos de grande qualidade artística e receber o público como a gente acha que ele deve ser recebido. A gente abriu em 2010 e testamos como o Anselmo falou. Nós não temos verbas. Então começamos a fazer parcerias, receber projetos já incentivados, criar condições, parceiros. Até que em 2012 nós conseguimos achar um formato, que é o formato de séries. Temos também seis séries de música no Centro Cultural e uma série de artes cênicas. Chama-se Todas as Artes, que abriga teatro e dança. Nós finalizamos este ano a questão da iluminação, das condições de ordem técnica para que o Centro Cultural funcionasse de uma forma adequada para as artes cênicas. A gente começou a abrigar as artes cênicas, mas nós não tínhamos condições de abrigar alguns espetáculos. Então a gente ficava de certa forma desgastado perante o artista, que a gente não tinha condições de abrigar da forma que queríamos. A expressão artística não tinha os equipamentos necessários. A gente espera este ano ter mais frequência em teatro e dança, muito por conta dessa finalização do Centro Cultural. Mesmo sendo Pró-reitoria, as dificuldades que a gente tem por conta da universidade ter inúmeras obras é muito grande. Parte disso aí. No ano passado tivemos 145 espetáculos. Eu vejo também que há pouca divulgação. A repercussão do teatro ainda não é na escala do Centro Cultural, mas de certa forma em alguns nichos como a música clássica nós temos séries que são lotadas, porque a maioria dos eventos são entrada franca, são de música clássica. Uma outra questão é que, no Brasil, a gente vê mais demanda por música que por artes cênicas. Porque é uma tradição maior musical e também pela própria questão técnica das artes cênicas, que envolvem iluminação, cenário, figurino. É um processo mais minucioso de montagem. Então a produção musical é muito mais dinâmica do que a produção cênica.

Igor Kopcak – A Flávia abordou uma questão que reflete novamente o que o Anselmo falou, e que eu admito que fiquei extremamente surpreso ao perceber a

necessidade de pensar não só o que você vai apresentar, mas preparar os espaços para que eles sejam diferenciados. A proposta do teatro, de você ter a iluminação cênica completamente flexível, é sensacional. Porque além de você poder trazer agora espetáculos cênicos interessantes, você criou um espaço onde você pode fazer experimentações de natureza cênica. Eu posso colocar o palco em qualquer lugar, eu posso fazer peças onde elas ocorram no meio do público. Porque o espaço está preparado para que a pessoa que tem a cabeça para criar, que pensa experimentações cênicas diferenciadas, possa ter espaço e respaldo para fazer o que quiser.

Anselmo Pessoa – Eu falo isso muito. São coisas que estão no meu discurso, são obsessões mesmo. Eu acho que o poder público é responsável por construir os monumentos. E ele tem de se aproveitar da necessidade de uma casa X – e vou exemplificar – para construir um monumento. Para que aquele monumento seja um dos pontos para que você queira tirar fotografia com ele atrás de você. Então se a gente visita cidades brasileiras mais turísticas, os monumentos são artificiais. Por exemplo, Curitiba é obra do homem o que você vai ver lá, não é obra da natureza. Ou vamos sair do nosso continente sul-americano e vamos para a Europa. Roma é obra do homem. Você não vai ver o Rio Tibre como você pode ir aqui ver o Araguaia. O Araguaia é encantador, a beleza do Araguaia é uma beleza. Você vai ver é o Coliseu em Roma, a Fontana di Trevi. Mas aqui em Goiânia nós vamos ver o quê? Quando você recebe um amigo? E aí o poder público construiu, por exemplo, a Câmara de Vereadores. Aquilo era uma oportunidade, e estou dando só um exemplo. Todos os prédios públicos poderiam ser um projeto arquitetônico com beleza, com uma estética diferenciada, uma estética que te atraísse para visitar.

A oportunidade de reformular aquele galpão que era o Centro Cultural, que era um galpão de fábrica, ele já existia, da origem da universidade, que funcionou como almoxarifado e depois foi ocupado para as atividades culturais e foi usado pela UFG de diversas maneiras, e no final já estava caindo essa história do assistencialismo. Como nós o recebemos já totalmente voltado para um tipo de atividade cultural assistencialista, mas tinha um pé direito de sete metros e meio, que é próprio do galpão. Eu disse que tínhamos de aproveitar. O que eu critico é a oportunidade de não fazer igual. Falei para o reitor que eu queria um projeto que resultasse em um prédio que as pessoas quisessem fotografar. Já foi capa de disco, ganhou prêmio, teve repercussão internacional. Nós conseguimos realizar lá essa obsessão minha, que acho que tinha de ser uma preocupação de todos os governos. De criar um lugar, uma galeria, com pé direito daquele tamanho, um teatro moderno, que é esse conceito que você colocou aí do espaço ser dinâmico, não é o teatro italiano, é o teatro moderno mesmo, de você fazer como você quiser. E agora nós terminamos de finalizar a iluminação, que vai de fato possibilitar isso, mas ao mesmo tempo um monumento artístico, que pode ser criticado, pode não atender, que as pessoas podem não gostar. Mas é reconhecido como monumento. E Goiânia é muito carente disso. Muito carente. Entra governo sai governo e constroem as coisas sem essa preocupação. Falei na Conferência Nacional de Cultura que a Câmara de Vereadores parece um banheiro, aquela cerâmica é cerâmica de banheiro, parece um grande banheiro. Estou falando da Câmara de Vereadores. Mas podemos falar da Prefeitura de Goiânia. Ela foi lá para o Paço, aquilo é um absurdo. De novo é uma oportunidade perdida, quando você constrói aquela prefeitura com aquele projeto.

Soube pelo Antón, pela pesquisa dele, que o projeto original da Prefeitura de Goiânia era uma coisa majestosa, é esse conceito que estou falando. Eu não sabia que existia, foi o Antón que me apresentou o projeto original da prefeitura de Goiânia e que nunca foi construído. Era fantástico, tem tudo isso que falei. E sabemos que Goiânia destruiu em vez de construir o Mercado Municipal. Isso é espantoso do ponto de vista cultural e de civilização são coisas criminosas. E aí entra de novo a função da universidade. A universidade nesse aspecto peca muito, nós devíamos estar mais avançados. Isso também tinha que ser uma preocupação que a universidade chamasse para si. Falar “olha, o exemplo é esse aqui”. Então nós discutimos muito quando fizemos, discutimos com a equipe como um todo, com o reitor, que a UFG deve um teatro para Goiânia. Mas não pode ser um auditório qualquer, não pode ser um auditório com o nome de teatro. Tem que ser um teatro mesmo. Um teatro a rigor. E aí sim, talvez uma sala italiana, mas com tudo que a tecnologia hoje possibilita em termos de aparelhamento dessa sala. Eu sempre fui chamando pessoas para conversar, para pôr no jogo, dessas áreas. Para fazer o teatro nós falávamos com professores de teatro para conversarem com os arquitetos. Um exemplo de como nasceu uma coisa dentro do teatro. A sala do piano foi numa visita com o Wolney. Nós tínhamos uma ideia de ter um piano, mas não tínhamos lugar para ele. Mas o piano já estava no projeto, tínhamos um bom piano e queremos ter um ainda melhor. Estamos no processo de substituir o que tem lá. Mas não tinha um lugar. Como não tinha lugar nós pensamos que o piano tinha de sair e ir para o que chamamos de sala de dança. Seria guardado lá. E aí e em relação ao piso tivemos de fazer um grande investimento para ele ser plano e permitir a movimentação do piano. O piano é muito frágil e delicado, ele desafina com o movimento. Eu havia pensado que com a reforma ele ia se locomover e ia ser guardado lá. Numa visita com o Wolney, contando essa história empolgado igual estou aqui, ele falou “porque não coloca o piano ali?”. Era um dos camarins do teatro. Aí perguntei “mas como, Wolney?”. E ele “porque não rasga?”. O Wolney é engenheiro também, além de ser pianista, urbanista. Ele falou para fazer uma porta ali, rasgar o negócio. Eu não entendi direito, insisti para ele falar mais, o Wolney foi falando e eu disse ok, vamos fazer. E me comprometi. Fizemos. Mas não é fácil. Mas a ideia nasceu assim. Eu convidava as pessoas para irem, falarem, colocar para conversar com arquiteto. São pessoas que eu acho que podem dar opiniões, que contribuem.

Antón Corbacho – A penúltima questão que tenho é diletante e um pouco anacrônica, parece questão do século 19. Seria uma questão para que respondessem os três. E uma questão que tem a ver com a autonomia da arte. Na sua experiência em relação aos campos sociais, aos contextos da realidade de Goiás, é possível que haja planejamento e execução das atividades culturais sem intervenção do poder público? Vamos aplicá-la ao século 21 e à nossa realidade aqui em Goiás e levando em consideração os campos sociais. É possível, na sua experiência, que haja uma plena concepção de uma realização das atividades culturais sem incentivo, sem intervenção, sem ajuda ou sem a promoção plena do poder público? É possível uma autonomia da cultura na realidade de Goiás?

Anselmo Pessoa –Vou contar uma outra historinha clássica minha. Gosto de comentar esse tipo de pergunta que você fez contando essa história. Eu estava na Catedral de San Francesco em Assis, na Itália, e é verdade essa história, mas é uma metáfora que construí ali e continuo reproduzindo. Eu estava passando e vendo os afrescos de Giotto. Eu estava com esse amigo que por acaso é amigo de um artista plástico, que é Elyeser Szturm, o cara que fez o projeto gráfico da Revista UFG nesse formato nosso. Que é professor da UnB, é amigo nosso. E eu estava circulando pela basílica, vendo os afrescos do Giotto, e ele falou comentando sobre o Elyeser. O Ciro, esse amigo, estava falando “olha aqui essa obra, tal, muito legal”. Porque é de fato indiscutível. E ele voltou e falou do Elyeser, e disse que ele não queria se submeter a nenhum desses critérios, ele quer ser um artista totalmente autônomo. Tanto é que ele fez um currículo dizendo que ele tinha mandado os trabalhos dele para, vamos supor, 10 salões, e no currículo ele reproduzia “negado, negado, negado, negado”. Era o currículo. Ele queria ser um artista alternativo, totalmente autônomo, um pouco dessa autonomia que você quis insinuar na sua fala. Eu falei “que legal esse negócio do Elyeser, mas você sabia que no período do Giotto tinha um amigo dele que era mil vezes melhor e ninguém conhece?”. Ele “não, tinha mesmo?”. Eu falei “tinha”. E ele “quem era?”. Eu falei “eu não sei”. Mas provavelmente tinha um artista melhor que o Giotto e que não chegou à posteridade. Porque esse Giotto inexistente não tinha uma das capacidades, uma das potencialidades que eu acho que todo artista completo tem, que é também ser um articulador. Um artista não é só

aquele que faz um quadro ou uma grande obra de arte. Aquele artista que vai ficar, que vai deixar sua obra, ele também é um articulador da sua própria obra. Então ele também faz política, ele articula a crítica musical ou o crítico de obra de arte, ele articula revistas, o jornal, o público dele, o círculo social dele. O artista que ficou é esse, isso faz parte do artista. Isso não é um apequenamento ou uma corrupção, o artista não é um corrupto porque faz isso. Pelo contrário, isso é uma reafirmação daquele artista. O artista é bom porque além de ser bom tocando violão ou como ator, ou como pintor, ele é bom também porque ele consegue articular a projeção, o conhecimento do público e a valorização do seu trabalho. Acho que isso é um potencial que é inerente. Em Goiás nós temos o melhor artista plástico brasileiro que tem essa competência. Que falta nas outras artes em Goiânia, falta esse artista que tem essa competência de fazer um produto de qualidade e ao mesmo tempo articular para que esse produto seja reconhecido enquanto produto de qualidade. E ainda tem muito artista com a ideia atrasada achando que essa articulação é uma forma de corrupção. Tem muito artista que está lá naquele mundo, que é uma torre de marfim, e que ele não pode, o reconhecimento tem de vir de graça. Tem de vir sem ele fazer nada, sem nenhum esforço, sem ele articular nada.

Flávia Cruvinel – Em relação ao viés do financiamento, que você quis falar dessa independência, eu vejo que a nova geração... Eu fico muito feliz com meus alunos, da UFG, que são músicos clássicos de manhã e à noite tem banda de rock. Quer dizer, é um marco da nossa cultura atual esse hibridismo, essa mistura, vários ambientes, a multiplicidade de influências e fazeres musicais e artísticos. Mas ao mesmo tempo eu vejo que há a possibilidade do artista não depender do Estado. A gente ainda vive uma cultura em Goiás dos artistas baterem na porta dos governos, buscando os recursos como se esta fosse a única fonte. Eu vejo hoje bandas que surgem – e vou falar da música, que é minha área de formação – que surgem e em dois anos já estão gravando o primeiro LP, já estão difundindo nas redes sociais. A cabeça do jovem hoje é mais independente desse poder público, desse subsídio. A gente vive uma era onde a criatividade e esses novos modos que é um pouco o que a gente usa aqui na PROEC, essa criatividade do dia. Um dia chega um problema e a gente tem de resolver de outra maneira. Sempre tem coisas novas que vamos ter de descobrir qual é o caminho. Eu vejo que essa geração está mais independente, ela não está dependendo de uma universidade,

de um professor indicá-lo ou de um governo subsidiá-lo, mas ele cria essas condições, essa articulação que o Anselmo está falando. Hoje a gente tem uma cena alternativa, temos cinco seis espetáculos, e as bandas estão aí. Eles ganham poucos recursos, mas eles estão aí, indo nos festivais. Então você, curiosamente, alguns músicos que às vezes nos procuram dez anos sem gravar, cinco anos, porque não conseguem interagir com uma tecnologia que hoje você grava na sua casa, você tem acesso ao estúdio. O conhecimento é cada vez mais acessível para você criar e reproduzir seu trabalho. Então eu penso assim que o Estado tem que fomentar a cultura. Ele tem que preparar um pouco, o que é a política da PROEC. Os equipamentos culturais, as bibliotecas, os teatros. Também tem que subsidiar com alguns editais, fomentando o novo artista. Mas o meio artístico não pode ser dependente do recurso exclusivo do Estado. Acho que nenhuma área do conhecimento deve ter esse caminho. Eu vejo com otimismo mais do que numa década anterior.

Igor Kopcak – Acredito que o Estado vai continuar sendo o principal financiador da cultura porque a impressão que tenho é que a arte que sobreviveu à história é a arte que foi de alguma forma financiada pelos detentores do poder daquele período histórico. Uma porque eles tinham dinheiro para pagar e escolher o artista e outra porque eles tinham o poder de falar não. Eu acho que o Estado, como detentor do poder político e de certa forma econômico, continua sendo o grande financiador. Claro que existe essa margem de trabalho, de poder pulverizar, ir atrás de outras formas de fomento, a gente tem que tentar ser menos dependente do Estado. Não é diferente com a arte. Nesse ponto concordo com o Anselmo, acho que não tem nada de mal nisso. Não pode ser visto como pejorativo o artista que busca o parceiro que vai dar valor na obra dele, que vai dar visibilidade a ele. Acho que tem de romper com esse modelo.

Antón Corbacho – **Das grandes metas pensadas, houve algo que deixam como legado para que seja continuado e acabado? Ou dentro do plano previsto tudo foi satisfeito?**

Wolney Unes – **Alguma meta que tenha sido pensada há sete anos atrás e não foi realizada?**

Igor Kopcak – Uma crítica que eu ouço é que o Anselmo é um excelente pró-reitor de cultura, mas a extensão não está bem. Eu não concordo com a crítica, porque as

unidades são as que definem o mérito da extensão. Dentro desse conceito, a extensão tem funcionado e bem. Tem sido dada liberdade, autonomia e quem quer trabalhar tem, dentro das nossas limitações, conseguido seu espaço e conseguido trabalhar. Mas da mesma forma que a Pró-reitoria pensou em capitanear a cultura, poderia capitanear algumas questões da extensão ou focar em algumas coisas que não são da alçada das faculdades. De repente, articular para ajudar com que a Casa de projetos sociais consiga ampliar o leque de projetos que estão sendo tocados ali. Isso é uma coisa que poderia ser atacada na próxima gestão. A UFG está construindo, por exemplo, um Centro Tecnológico. Dentro dele poderia, por exemplo, criar um centro de tecnologias sociais, de treinamento, de formação para resolver problemas sociais com baixo custo, enfim. Não precisa ser isso.

Anselmo Pessoa – Porei um exemplo. A incubadora veio para cá, nós alojamos o Fernando, o que é uma exceção. Alojamos um projeto de extensão dentro da PROEC, que foi um grande transtorno. Construir a Casa de projetos sociais foi assim... Nenhum projeto de extensão tem aquela casa. Nós construímos a Casa de projetos sociais pensando em ampliar; a construímos com 5 ou 4 salas de coordenação. Aqueles ambientes são para ser comuns. E ali caberiam cinco projetos grandes. Porque nós não descobrimos isso, lá tem um critério para entrar, que eu estabeleci, mas convenci toda a equipe da Reitoria a acatar esse critério: Tem que ser um projeto com características de incubadora, que envolva pessoas pobres. Não pode ser um outro tipo de projeto. Já houve solicitação para lá ser um escritório de um projeto de extensão, mas um escritório burocrático. Não, isso não quero, não foi construído com esse intento. Lá está pronto para abrigar outros projetos. Agora, em relação aos outros projetos não cabe ao pró-reitor inventá-los. Eles têm que nascer. Eu não tenho equipe para inventar um projeto. Temos condições hoje com a Casa de projetos sociais de abrigar alguns projetos. Outra parte da resposta é que, do ponto de vista da extensão, como esse conceito é tão largo, vai estar sempre faltando alguma coisa. Porque cabe tudo dentro da extensão. Você pode fazer, só para citar... O projeto de extensão que nós conseguimos o financiamento com os kalungas, liderado pela professora Maria Teresa, da FAV, é gigantesco. Mas as pessoas pouco veem. É enorme. Ajudamos para que ele fosse realizado. O Pontão de Cultura, que nós também ajudamos, foi um milhão e meio de reais. É uma coisa enorme do ponto de vista do financiamento e de possibilidades de articulação em todos os setores e tecnologia social. O Pontão era para articular a rede, essa era a ambição. Mas tem sempre o elemento humano, e é por isso que do ponto de vista da definição eu nunca

quis trazer para a Pró-reitoria a responsabilidade de fazer a extensão. Porque é impossível fazer. É possível fazer o que nós fazemos a partir da Reitoria com pessoas parceiras, que não são pessoas da Pró-Reitoria, – a gestão do “Centro Cultural”, com o Prof. Carlos Sena, a gestão do “Cine UFG” com o Prof. Lisandro. Mas teatro nós não fazemos. Do ponto de vista da extensão não tem a peça da PROEC. Não vamos fazer uma peça. Não somos nós que realizamos o show. Realizar algumas ações de extensão em parceria, como a que dirige Fernando, que está capitaneando a incubadora social. Mas cadê os outros para, a partir da PROEC, realizar as ações? Temos de ter o elemento humano e o financiamento. O que poderíamos era financiar mais esses projetos que estão construídos. Mas aí não é decisão do pró-reitor, não é ele quem decide isso. Não é ele que destina o seu orçamento. Isso é uma questão muito maior. Tem milhões de outros problemas. Por exemplo, a bolsa PROBEC é custeio da UFG, é diferente do PIBIC, que é dinheiro federal. Então, quando a UFG financia a extensão via bolsa PROBEC, ela está deixando de pagar um vigia, ou uma fotocópia, ou tampar buraco. É diferente quando a UFG passa para frente uma bolsa PIBIC ou Jovens Talentos, ou bolsa permanência. Isso é dinheiro que vem do governo federal e é destinado para isso. O financiamento da extensão, e na UFG nós demos passos larguíssimos, sai do custeio. Isso implica que a UFG está abrindo mão de fazer uma outra coisa. É diferente dos outros financiamentos. Agora, as pessoas vão entender isso? Nunca vamos chegar a todos os professores. Nunca me preocupei também. Mas aí tem o militante da extensão, o cara que tem o conceito anterior da extensão, e é impossível você vencer essa disputa ideológica. E eu me dou por vencido, eu nunca quis vencer essa discussão, porque eu sei o limite dela,

tenho consciência do limite. Eu conheço as outras Pró-reitorias de extensão. Ou extensão mais de assistência ou de extensão mais cultura que não fazem um terço do que nós fazemos em nenhum dos aspectos, nem em cultura nem em extensão. Mas tem um discurso acirradíssimo, totalmente militante e ideológico. Discurso tem, mas fazer mesmo eu desafio qualquer Pró-reitoria de extensão e cultura do Brasil. Tem uma diferença que é a USP, que tem os equipamentos culturais. Ela tem equipamentos culturais que são próprios da envergadura e de riqueza do Estado de São Paulo. É a Pró-reitoria mais rica da USP. Tem a maior dotação orçamentária. Lá é invertido, é cultura e extensão. Isso já diz alguma coisa do ponto de vista do simbolismo. E depois tem que manter esses equipamentos. E nós estamos criando uma grande despesa para a UFG, mas se trata de um investimento benéfico para a UFG, não tenho dúvida disso. Voltando à outra questão, é assim mesmo; essa discussão não tem como morrer. Nas universidades europeias nem tem essa perna extensão dentro da definição da universidade. Tem algumas universidades americanas com o conceito de prestação de serviço. O conceito de extensão é variado. Essa discussão é permanente. Retomando a sua pergunta sobre se faltou algo, acredito que poderia ter faltado, sempre faltaria. Mas nós demos passos para que possam ser conseguidas essas coisas que faltam. Nós, além do mais, poderemos continuar buscando essas coisas através do Centro de Estudos Brasileiros que nós criamos neste ano.